

As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico

LUÍS BONIXE *

Introdução

Os anos 60 e 70 abriram uma nova era da rádio, quando surgiram, um pouco por toda a Europa, movimentos de rádios piratas que viriam a traduzir-se na liberalização do sector, terminando com o monopólio do Estado.

Criou-se uma nova vaga no acesso das populações aos meios de comunicação social, incentivando novas práticas discursivas no meio radiofónico. Os grupos sociais, até então com pouca visibilidade nos *media*, passaram a dispor de um palco para a apresentação e discussão, na arena pública, dos seus interesses, reivindicações ou simplesmente gostos e modas. Não é de estranhar que, nalguns casos, as rádios locais ou livres tenham tido na sua origem grupos sociais com representação mediática reduzida, como são os casos dos ambientalistas ou dos homossexuais.

A produção de um discurso alternativo aos *media* nacionais constituiu-se como a principal imagem de marca destas rádios. No caso português, foi a aproximação às comunidades locais que caracterizou o fenómeno nos primeiros anos da sua existência. Num mercado ditado pela concorrência, os valores inicialmente perseguidos por estas emissoras cederam à procura de cenários que permitissem a sua sobrevivência.

Partindo do discurso jornalístico, o objectivo deste artigo é contribuir para a discussão em torno da função social das rádios locais portuguesas, entendidas

* Docente da Escola Superior de Educação de Portalegre (luisbonixe@esep.pt)

estas como um terreno propício à prática de discursos que se enquadrem num registo de proximidade com as comunidades em que se inserem, contribuindo assim para o alargamento da agenda mediática.

Rádios locais e democracia

O quadro teórico sobre as rádios locais, produzido especialmente nas décadas de 70 e 80, situa o fenómeno em dois registos.

O primeiro coloca as rádios locais entre os chamados meios de comunicação de proximidade. A perspectiva obedece a uma lógica de difusão dos seus conteúdos, consubstanciada na programação e na informação. De acordo com este prisma, as rádios locais sugerem a veiculação de um discurso alternativo ao produzido à escala global pelos meios de comunicação de massas.

A segunda perspectiva enquadra aquelas emissoras radiofónicas num registo de *medium* democrático. Esta ideia remete-nos para um cenário em que as rádios locais significariam um palco alternativo para o debate das questões públicas e que normalmente não são difundidas pelos *media* pertencentes ao Estado ou aos grandes grupos económicos. Por outro lado, a perspectiva democrática atribui às rádios locais um papel importante na representatividade dos diversos grupos sociais que compõem uma comunidade.

Félix Guattari (1982: 231) verifica que o ressurgimento de um novo espaço de liberdade, por oposição à opressão dos sistemas hiperconcentrados, e como tal controlados pelas grandes estruturas, do Estado ou do mercado, emergiu precisamente a partir de uma técnica relativamente caduca: a rádio.

Esta nova direcção da comunicação social, segundo Guattari, nasceu com as rádios livres, ao permitirem, em teoria, a apropriação colectiva dos *mass media*, algo que os grandes sistemas de comunicação nunca poderiam fazer.

Ora, sugere Guattari, este espaço de liberdade renasce com as rádios livres e não com qualquer outra forma de comunicação – como o cabo ou o vídeo. Por duas razões, segundo o autor: primeiro porque a iniciativa técnica do cinema e do cabo está nas mãos das grandes empresas; segundo porque, no caso das rádios livres, uma parte significativa da técnica depende da invenção e do bricolage dos seus promotores (Guattari, 1982: 232).

O autor considera que, com o aparecimento das rádios livres, se está perante um novo tipo de democracia directa. Contribuí para esta concepção o facto de estas emissoras terem colocado no espaço público mediatizado a palavra do ouvinte.

A língua dos meios de comunicação oficiais está decalcada das línguas civilizadas dos meios dirigentes e das universidades; tudo remete, com ela, para um corte fundamental entre o dizer e o fazer. Os únicos que têm direito a fazer são os donos desta espécie de dizer. (Guattari, 1982: 234)

Ou seja, o que as rádios livres trouxeram foi a possibilidade de todos os grupos sociais poderem expressar-se através de um meio de comunicação social. Esta nova forma de comunicação colocaria um ponto de interrogação sobre o papel a desempenhar pelos sistemas tradicionais de representação social.

Também Umberto Eco (1982) insere o movimento das rádios livres numa nova era na liberdade de expressão, baseada na palavra directa e de livre acesso. Na mesma linha, Patrice Flichy (1982) considera que as rádios locais – ou paralelas, como também lhes chama – desempenham uma função social que se traduz no favorecimento de uma renovação da vida e das iniciativas locais. A rádio local, segundo esta perspectiva, permite à comunidade conhecer-se melhor.

Flichy enaltece a linha alternativa destas rádios, considerando que é nos meios de comunicação de massas que se deve ir buscar a explicação para o nascimento das rádios locais, na medida em que é por oposição a eles que estas apareceram.

Dito de outra forma, como as rádios de cobertura nacional não dão a mesma atenção noticiosa nos seus programas a temas de uma certa especificidade local, cabe às emissoras de menor dimensão fazê-lo. As rádios locais aparecem assim como uma necessidade das populações (Flichy, 1982).

A questão histórica

Para melhor se compreender estas perspectivas teóricas, será útil recorrer às raízes históricas das rádios locais e livres na Europa. O fenómeno, que a partir da década de 60 varreu países como Inglaterra, França, Espanha, Itália e mais tarde Portugal, tem na sua origem factores comuns, apesar de serem visíveis especificidades em cada caso particular. Por exemplo, as rádios livres em França são denominadas «rádios verdes», o que decorre do facto de muitas delas se terem destacado na luta pela defesa do meio ambiente e em particular contra a proliferação de armas nucleares.

Em Itália, onde o fenómeno atingiu proporções singulares, o movimento ficou conhecido como a «cacofonia italiana», devido à disseminação de pequenas emissoras por todo o país. O cenário italiano ficou sinalizado ainda pela marcada politização do fenómeno.

Miguel Rodrigo e Xavier Ruiz-Collantes (1982: 271) identificam três tipos de rádios livres em Itália: as rádios comerciais, que pretendiam constituir-se como

empresas privadas; os «radioaficionados», denominação que incluía emisoras ressaltantes de iniciativas individuais e com pouca relevância económica e política; e, por fim, as emisoras do «Movimento», designação que reunia rádios ligadas à extrema-esquerda e a vários grupos minoritários, como homossexuais, feministas ou objectores de consciência.

Já em Portugal, as rádios locais aparecem fundamentalmente com um cariz localista e regional, assumindo-se, pelo menos numa primeira fase, como um palco para a expressão das populações e das comunidades locais.

Contudo, apesar das particularidades decorrentes dos contextos históricos e culturais, é possível identificar factores comuns ao surgimento das rádios locais na Europa. Um desses factores é a expressão popular de que se revestiram os projectos. A génese das emisoras locais é caracterizada pelo empenho e pela vontade das populações ou comunidades em criarem espaços de ressonância para as suas questões e problemáticas.

A questão legal é outro factor importante e transversal a muitos países europeus onde o fenómeno das rádios livres floresceu. Em Itália, Espanha, França ou Portugal, as rádios começaram por ser piratas, por emitirem sem que os respectivos governos tivessem criado legislação que o permitisse. Esta situação originou uma série de casos de encerramentos forçados, obrigando os radialistas a encontrar estratégias para escaparem à fiscalização. Recordem-se, por exemplo, os casos das rádios Caroline, na Grã-Bretanha, e da rádio Merkur, na Dinamarca, que emitiam a partir de embarcações estacionadas ao largo das respectivas costas marítimas.

No caso português, a inexistência de legislação para o sector não impediu a proliferação de pequenas emisoras espalhadas pelo país, embora a determinação do seu número exacto seja difícil, uma vez que os promotores das rádios piratas eram obrigados a “andar com os emissores às costas” para não serem detectados pelos Serviços Radioeléctricos dos CTT, a entidade que fiscalizava e actuava no combate à radiodifusão ilegal. Esta situação levava a que fosse difícil identificar o lugar a partir do qual as rádios emitiam, e, uma vez que muitas emisoras iam para o ar durante uma semana e depois desapareciam, tornava-se igualmente difícil determinar durante quanto tempo emitiam.

A situação de monopólio estatal no sector da rádio foi transversal a vários países europeus quando apareceram as primeiras emisoras livres. Em Portugal, à data em que surgiu a primeira rádio pirata (1977), o cenário da radiodifusão nacional caracterizava-se por uma situação de duopólio, num quadro dominado pela Igreja Católica, proprietária da Rádio Renascença, e pelo Estado, que detinha a Empresa Pública de Radiodifusão, criada no âmbito da nacionalização das rádios em 1975. Esta nacionalização incluiu o Rádio Clube Português, que adquirira gran-

de importância na radiodifusão nacional até essa altura. A Rádio Renascença e algumas emissoras locais, como o Rádio Clube do Centro e a Rádio Altitude, não foram nacionalizadas.¹

Em 1979, a RDP criava a Rádio Comercial, designação que substituiu a de Rádio Clube Português. Esta nova emissora obteve rapidamente grande sucesso de audiências, possuindo «características recreativas, formativas e informativas, mas eminentemente comercial, isto é, com uma estratégia própria da rádio privada, assente na publicidade radiofónica» (Serejo, 2001: 86). A plena liberalização – aqui entendida como a abertura do sector à radiodifusão local e regional – só aconteceria em 1989.

Por fim, a situação política dos países é igualmente um factor a considerar quando se fala em rádios locais ou livres. Com efeito, este fenómeno, que alterou a paisagem mediática em muitos estados europeus, ocorre numa altura em que as últimas ditaduras europeias caem. Vejam-se os casos português (a primeira rádio pirata aparece em 1977) e espanhol (as primeiras iniciativas surgem após a queda do franquismo).

As emissoras municipais emanam da vontade de grupos de cidadãos empenhados em se incorporarem de uma forma activa, contributiva, na construção democrática, num caminho de difíceis equilíbrios. Movimentos civis que passam por cima de qualquer instrumentalização de tipo político. (Escudero, 1998: 23)

O território do jornalismo

A informação tem desempenhado um papel importante no contexto das rádios locais, enquanto território propiciador para o confronto de argumentos sobre as questões locais.

Umberto Eco (1982) lembra-nos que as rádios independentes mudaram a noção de informação, na medida em que contribuíram para o debate público de questões sociais, antes pouco referenciadas nos *media*.

Em Portugal, o estilo centralizador da Emissora Nacional – apesar dos seus emissores regionais, que pouco ou nada resolveram neste capítulo – foi também o mote para o aparecimento de rádios piratas fora dos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, desejosa que estava a população portuguesa de outras localidades do país de se ver retratada na informação radiofónica.

Os problemas dos cidadãos, que raramente apareciam nas rádios nacionais, passaram a fazer parte do discurso mediático ao serem transportados para os microfones de centenas de rádios em todo o país. O recurso ao “microfone aberto”

permitiu, por outro lado, que a denúncia de situações por parte da comunidade local passasse a ser uma realidade. As rádios locais facilitaram a abertura da agenda dos *media*, permitindo que novos temas e novos protagonistas entrassem na cena mediática.

Para João Carlos Correia (1998: 172), «torna-se, pois, claro que esse lugar aberto à comunidade de saberes que o campo dos *media* regionais pode configurar é tanto mais possível quanto os *media* se encontrem próximos dos seus públicos».

Juan A. García Galindo considera que o discurso produzido nos meios de comunicação social nacionais reflecte apenas a visão das classes dominantes e por isso chama-lhe discurso meta-real. «Não há coincidência entre a realidade e o que se comunica: desvirtua-se o real» (Galindo, 1999: 292). Segundo o mesmo autor, este cenário conduz a uma sociedade que não se revê no discurso que os *media* veiculam.

Parece necessário perante este panorama fomentar uma nova cultura da comunicação e da informação, como direito inalienável dos cidadãos. Potenciar, portanto, meios e formas alternativas da comunicação social, que entrem em conflito harmonioso com os meios tradicionais, nos quais os grupos sociais [...] possam manifestar-se abertamente. (Galindo, 1999: 293)

Bernardo Díaz Nosty (1997) defende que os *media* locais e regionais são meios especializados geograficamente. Quer isto dizer que devem apostar em estratégias que reforcem essa especificidade. Só assim, crê Nosty, poderão criar espaços e discursos direccionados para a sua audiência específica. O autor entende ainda que o progresso tecnológico aplicado ao campo dos *media* deve ser aproveitado com vista a uma maior aproximação das comunidades locais e não o contrário. Só assim, sublinha Nosty, os *media* locais desenvolverão a função para a qual foram criados, incrementando valores de cidadania e democracia.

No local é muito difícil criar cenários que difiram da nossa realidade, porque, nesses planos formativos, tão necessários para os meios locais, não convém desprender-se em excesso da realidade em volta e atender ao direito da informação dos cidadãos. (Nosty, 1997: 168)

A construção e a preservação de uma memória colectiva específica de uma região ou localidade dependem, efectivamente, da exacta adequação de estratégias de programação que se identifiquem com a audiência. Díaz Nosty salienta que os meios locais devem procurar adequar-se à região de cobertura, e se o não fizerem estão, segundo o autor, «a afastar-se dos seus objectivos e cavando o buraco da sua autodestruição».

Por outro lado, o registo da globalização e de concorrência em que os *media* se movem pode contribuir para a emancipação dos meios de comunicação social locais e regionais – onde se incluem as rádios locais –, na medida em que estes disponibilizam informações de carácter local, mais próximas dos cidadãos, e que os *media*, ditos globais, ignoram. «Num mercado competitivo, a informação é uma das poucas coisas que faz o som da rádio local distinto [...]» (Chantler e Harris, 1997: 5)

Às rádios locais estão atribuídas, pela sua própria definição, competências ao nível do discurso jornalístico decorrentes da valorização do localismo como forma de incremento das identidades específicas da comunidade.

A informação nas rádios locais: estudo de caso

Com base no trabalho de campo realizado no âmbito da dissertação de mestrado intitulada *As Rádios em Portugal: Informação e Função Social – uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal*, apresentaremos de seguida alguns dados e a consequente interpretação que deles fazemos.

As rádios alvo de estudo do distrito de Setúbal foram as seguintes: Rádio Seixal (concelho do Seixal), Rádio Voz de Almada² (concelho de Almada), Rádio Santiago (concelho de Sesimbra) e Rádio Popular FM³ (concelho do Montijo). Durante o período do estudo foram gravados e ouvidos 385 noticiários entre as 8 e as 19 horas, num total de 1626,36 minutos. Foi feita a análise de conteúdo a 1962 notícias, emitidas nos meses de Outubro de 2001 a Fevereiro de 2002. Com a realização deste estudo pretendeu-se determinar de que forma é reproduzida a realidade local no discurso informativo difundido nas rádios locais portuguesas.

Organizámos as notícias de acordo com as seguintes categorias: interesse/significado (local, nacional, internacional), vozes dos protagonistas reproduzidas nos noticiários (polifonia), secção temática e abertura de noticiários.

Após a análise de conteúdo realizada aos noticiários do *corpus*, verifica-se que as rádios locais difundem menos notícias com interesse/significado local do que nacional. Estas representam 54,28%, enquanto a percentagem de notícias locais é de apenas 26,75%. Registámos ainda um valor percentual elevado no âmbito das informações categorizadas como “internacional”, embora tal se deva ao facto de a análise ter sido realizada após os atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, tema a que as emissoras locais dedicaram muito tempo de difusão.

A entrada em circulação do euro, em Janeiro de 2002, justifica a forte presença de notícias de economia nacional, mas outros temas da actualidade portuguesa registaram igualmente uma elevada percentagem de notícias nas rádios locais. São exemplos disso o julgamento de João Vale e Azevedo, antigo presidente do Sport Lisboa e Benfica, a dissolução da Assembleia da República e o acompanhamento diário dos principais clubes de futebol. Trata-se de temas de interesse/significado nacional e que ilustram a colagem que as rádios locais fizeram à agenda dos *media* nacionais.

O tratamento destes temas foi feito com recurso aos jornais nacionais e especialmente à agência Lusa, que disponibiliza um serviço para as rádios locais. O tratamento dado ao tema “11 de Setembro” caracteriza-se, uma vez mais, pela reprodução da visão que os *media* nacionais tiveram do acontecimento.

Com esta prática, as rádios locais subaproveitaram as potencialidades conferidas pelo meio radiofónico, uma vez que o tratamento de temas de interesse/significado nacional se limita ao texto lido, produzido a partir da imprensa diária ou dos *takes* da agência Lusa. Desta forma, os jornalistas das rádios que constituem o nosso *corpus* não apresentam versões contraditórias ou complementares às que são veiculadas pela imprensa nacional.

Por outro lado, a informação radiofónica caracteriza-se pela presença de sons pré-gravados (registos magnéticos ou RM) dos protagonistas dos acontecimentos, como forma de credibilização da mensagem difundida (Soengas, 2003). Ao basear-se quase exclusivamente no texto das agências ou da imprensa nacional, as rádios locais subaproveitam os atributos do jornalismo radiofónico, conduzindo tal prática ao empobrecimento dos géneros difundidos.

O *corpus* analisado revela que a emissão de notícias de categoria nacional é superior comparativamente à sua correspondente local. Por exemplo, as rádios locais emitiram mais informações de sociedade/nacional do que de sociedade/local, o mesmo sucedendo na esfera do desporto. O único item que inverte essa tendência é o da política. As rádios locais emitiram, no período analisado, mais informações de política local do que nacional. Uma situação que se explica pelas eleições autárquicas a decorrer nesse período.

Também no que diz respeito à “abertura de noticiários”, outra variável considerada na nossa análise de conteúdo, se verifica o peso da informação nacional, que abre 47,41% dos noticiários, contra 39,19% em que tal sucede com os conteúdos de carácter local.

O local como território de especialização

Apesar de a análise de conteúdo ter revelado maior cobertura dos acontecimentos nacionais, verificou-se, paradoxalmente, que são as informações locais, quando emitidas, que merecem das rádios locais um tratamento mais aprofundado.

É nas notícias de interesse/significado local que as potencialidades do jornalismo radiofónico são mais bem aproveitadas pelos jornalistas das rádios locais. É, pois, neste cenário que são incluídos registos de som, confronto de opiniões – apesar da reduzida frequência neste caso – ou reportagem de exterior.

Se nos detivermos nos acontecimentos locais, constatamos, através da análise de conteúdo efectuada, que os principais temas a merecer atenção das emissoras locais estudadas foram a “actividade camarária” (20,95%), o “desporto local” (12,76%) e a “actividade dos partidos políticos” (12,38%). Outros temas de impacto local na península de Setúbal, como sejam a “mobilidade e transportes” (5,33%) ou “questões laborais” (5,33%), são raramente referidos.

Os temas de desporto (particularmente o futebol) representam a melhor forma de aproximação às comunidades locais, naquilo que se constitui como uma herança do período da “pirataria”. O clube local e os seus sucessos ou insucessos desportivos fazem parte do dia-a-dia da informação das rádios locais, que possuem, pelo menos no *corpus* estudado, equipas de jornalistas de desporto com algum significado, embora esses “profissionais” sejam em grande parte colaboradores das emissoras.

A informação desportiva, na sua maioria obtida após os jogos de futebol, é depois aproveitada para os noticiários, podendo-se considerar que, no plano local, esta é a área com melhor cobertura em termos informativos.

As contribuições teóricas que seguimos para este trabalho sustentam que as rádios locais representaram um espaço alternativo para o debate, a várias vezes, dos temas públicos da comunidade onde se inserem.

A análise aos noticiários coloca-nos, porém, perante outra realidade, já que numa das categorias utilizadas, a polifonia, se verificou que as populações locais estão cada vez mais afastadas do espaço público mediatizado que as rádios locais em tempos representaram. Pelo contrário, hoje são os representantes das elites da comunidade local que, mercê do acesso facilitado aos *media*, vêem o seu discurso mais frequentemente reproduzido mediaticamente, através do uso do som pré-gravado (registo magnético ou RM).

No período estudado, as rádios locais emitiram 163 notícias com recurso ao som dos protagonistas. Todas essas peças jornalísticas se inserem na categoria de notícias “local” e representam 31% da totalidade das informações locais emitidas.

A voz dos desportistas locais (incluem-se atletas ou treinadores) assume um peso significativo na informação das rádios locais, revelando-se a “classe” que mais vezes tem as suas opiniões reproduzidas com som nos noticiários (17,18%). Os autarcas locais e os candidatos a eleições, primeiro nas Autárquicas de Dezembro de 2001 e depois nas Legislativas de Março de 2002, são outros protagonistas locais cujas vozes mais vezes foram ouvidas nos noticiários do *corpus* estudado. Sai assim reforçada a tendência dos jornalistas, incluindo os das rádios locais, para reproduzirem o discurso das elites (Villafañe *et al.*, 1987; Meditsch, 1999; Molotoch e Lester, 1993).

A população em geral (onde se incluem as testemunhas de acidentes, os moradores que reivindicam melhorias na sua rua etc.) representam apenas 4,29% da totalidade das notícias com recurso a declarações gravadas.

Considerações finais

No contexto da globalização em que o sector dos *media* se move, ganha maior importância a diferenciação entre os diferentes meios de comunicação social. A lógica, cada vez mais visível, de uniformização dos conteúdos mediáticos convoca outras formas de comunicação que se assumam como uma alternativa.

As rádios locais portuguesas apareceram com o objectivo de criar esse espaço alternativo, mas uma lei do licenciamento demasiado aberta – atribuindo alvarás de emissão em concelhos com um reduzido tecido económico local, capaz de suportar receitas publicitárias suficientes – reformatou a lógica de existência destas emissoras.

Do discurso alternativo e próximo das populações locais, permitindo o seu acesso ao palco mediático e abordando as questões da comunidade, suscitando o debate público e promovendo a identidade local, as rádios locais foram cedendo à lógica do mercado, acabando por entrar em ruptura financeira.

Os primeiros anos da década de 90 deram-nos vários casos de emissoras que se viram obrigadas a ceder a sua programação a confissões religiosas ou a servir como meros retransmissores de rádios com maior sustentabilidade financeira.

Num artigo do jornal *Público* (Janeiro de 1994), Alfredo Leite e Daniel Pontes abordam os problemas financeiros das rádios locais como a causa para a sua decadência: «Longe vão os discursos de conveniência, em que dar voz aos problemas locais era ponto de honra. Agora, avolumam-se as dificuldades financeiras [...]»

As que sobreviveram subsistem, a maior parte das vezes, com grandes dificuldades económicas, que criam constrangimentos às suas práticas, quer ao nível da programação quer no campo da informação.⁴

Francisco Rui Cádima entende que a via aberta pelas rádios livres, de que falavam Eco e Guattari, se fechou:

Os exemplos italiano e francês provam-no à saciedade: a «cacofonia» à italiana faliu, em todos os sentidos do termo. Pelo contrário, são os impérios do audiovisual que continuam a alargar o seu espectro comunicacional. (Cádima, 1999: 14)

Matos Maia nota, por sua vez, que «o que hoje se verifica, na maioria dos casos, é que o espírito que deveria orientar as rádios locais foi, praticamente, adulterado». (Maia, 1995: 228)

O discurso jornalístico produzido nas rádios locais portuguesas está fortemente influenciado pelos constrangimentos organizacionais das emissoras, caracterizadas pela escassez de recursos humanos e nalguns casos técnicos. O mimetismo, consubstanciado na colagem à agenda dos *media* nacionais, resulta num empobrecimento do discurso jornalístico, uniformizando-o e contribuindo para o fechamento da agenda pública e da sua conseqüente discussão.

A análise de caso que aqui sucintamente apresentámos reflecte uma realidade específica num período determinado, não devendo, por isso, ser extrapolada. Contudo, os dados apresentados colocam-nos perante a questão de saber qual a verdadeira função social das rádios locais portuguesas na preservação da identidade local, na criação de espaços de resistência social face à hegemonia dos discursos das elites e na formação da opinião pública local.

NOTAS

- ¹ A Rádio Renascença não foi nacionalizada ao abrigo da Concordata. Quanto à Rádio Altitude e à Rádio Clube do Centro, a razão para a não-nacionalização terá sido a «quase nula representatividade no espectro radiofónico nacional» (Serejo, 2001: 81).
- ² Em Julho de 2002, mudou a sua programação e passou a designar-se Rádio Radar. Os estúdios foram transferidos de Almada para Lisboa. O estudo que aqui se apresenta foi, contudo, realizado antes deste período.
- ³ A frequência da Popular FM está atribuída ao concelho do Montijo; no entanto, os seus estúdios localizam-se no Pinhal Novo, concelho de Palmela.
- ⁴ As rádios locais que constituem o *corpus* de análise do caso que apresentamos têm entre um a três jornalistas na redacção.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Ana Paula (2001), «As rádios locais no pós-25 de Abril», *Observatório*, 4, Lisboa: Observatório da Comunicação, pp. 113-122.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1999), *Desafios dos Novos Media*, Lisboa: Editorial Notícias.
- CAZENAVE, François (1984), *Les Radios Libres*, col. «Que sais-je?», Paris: PUF.
- CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim (1997), *Local Radio Journalism*, Oxford: Focal Press.
- CORREIA, João Carlos (1998), *Jornalismo e Espaço Público*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- CRISELL, Andrew (1994), *Understanding Radio*, 2.ª ed., Londres: Routledge.
- DIEZ, Maria Teresa Santos (2003), *Periodismo Radiofónico*, Bilbao: Universidad del País Vasco.
- ECO, Umberto (1982), «Una nueva era en la libertad de expresión», in Bassets, L. (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 213-230.
- ESCUDERO, Manuel Chaparro (1998), *Radio Pública Local*, Madrid: Fragua.
- FLICHY, Patrice (1982), «La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental», in Bassets, L. (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 180-188.
- GALINDO, Juan A. García (1999), «Participación social y democracia: los ciudadanos y los medios de comunicación», in Escudero, M. C. (ed.), *La Democratización de los Medios de Radiotelevisión Comunitaria*, II Congreso de Radio y Televisiones Locales, Públicas y Alternativas, Sevilla, pp. 289-295.
- GUATTARI, Félix (1982), «Las radios libres populares», in Bassets, L. (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 231-236.
- JEANNENEY, Jean-Noël (1996), *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa: Terramar, pp. 211-126.
- MAIA, Matos (1995), *Telefonia*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARCOS, Luís Humberto (1989), *Rádios Locais – A Lei e a Realidade*, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- MEDITSCH, Eduardo (1999), *A Rádio na Era da Informação*, Coimbra: Minerva.
- MOLOTOCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1993), «As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos», in Traquina, N. (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 34-51.
- NOSTY, Bernardo Díaz (1997), «Los medios públicos regionales y locales – el futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos», in Escudero, M. C. (ed.), *Radio-*

televisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas, Sevilla: Asociación de Emisores Municipales de Andalucía de Radio y Televisión, pp. 157-169.

PRADO, Emili (1985), *Estructura de la Información Radiofónica*, Barcelona: Editorial Mitre.

RODRIGO, Miguel e RUIZ-COLLANTES, Xavier (1982), «Cronología», in Bassets, L. (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 265-276.

SANTOS, Rogério (2005) «A rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade», *Comunicação e Sociedade*, 7, Braga: Universidade do Minho, pp. 137-152.

SEREJO, Fernando (2001), «Rádio – do Marcelismo aos nossos dias (1968-1990)», *Observatório*, 4, Lisboa: Observatório da Comunicação, pp. 65-95.

SOENGAS, Xosé (2003), *Informativos Radiofónicos*, Madrid: Ediciones Cátedra.

VILLAFANE, J. et al. (1987), *Fabricar Noticias. Las Rutinas Productivas en Radio y Televisión*, Barcelona: Editorial Mitre.